



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras

Departamento de Economia

Nordeste, um estudo da estrutura econômico-social da região

Osmar Asdrubal Dorigatti Junior

Araraquara

2010



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras

Departamento de Economia

Nordeste, um estudo da estrutura econômico-social da região

Osmar Asdrubal Dorigatti Junior

Trabalho apresentado ao Curso de
Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Estadual Paulista como
requisito para aprovação da disciplina
Monografia II, ministrada pela Prof. Dr.
Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Orientador: Prof. Dr. Sergio Gertel

Examinador: Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto

Araraquara

2010

Resumo

Este trabalho tem como objetivo demonstrar como o Nordeste se configura como fator dinâmico no processo de desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro. Será analisado o significado do retrocesso econômico que a região sofreu, e como isso levou o Nordeste a se tornar um fornecedor de mão-de-obra e de capital para a região centro-sul, pólo dinâmico da economia. Implica também em ver o processo de industrialização do Brasil visando à produção e a acumulação e não o consumo interno, assim o Nordeste não representa um potencial a ser trabalhado. Necessita-se então caracterizar o tipo de dinâmica existente ente a estrutura agrária nordestina e o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, que levou o nordeste a participar ativamente desse processo.

Palavras Chaves: Nordeste – Subdesenvolvimento – desigualdades regionais

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I	
Panorama Geral sobre a região Nordeste.....	2
Capítulo II	
Crescimento Nacional e declínio da região Nordeste.....	8
Capítulo III	
Mudanças na estrutura econômico industrial do Brasil após 1945.....	15
Capítulo VI	
O Nordeste visto como um problema Nacional.....	23
Conclusão.....	33
Bibliografia.....	36
Tabelas	
Tabela I.....	24
Tabela II.....	25
Tabela III.....	30

Introdução

Este trabalho tem como objetivo demonstrar como o Nordeste se configura como fator dinâmico no processo de desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro.

Serão analisadas as áreas que compõe a região nordeste e como se dá a articulação entre essas áreas, assim como a articulação do nordeste com as outras áreas do Brasil, principalmente o Centro-Sul e também com o exterior. Partindo das estruturas econômico-sociais dessas regiões, vamos analisar os seus desenvolvimentos e como cada uma dessas reagem às crises econômicas o que define essas regiões.

Será analisado o significado do retrocesso econômico que a região sofreu, e como isso levou ao Nordeste se tornar um fornecedor de mão-de-obra e de capital para a região centro-sul, pólo dinâmico da economia, o que acentuou o processo de desigualdade regional.

Serão analisadas também as políticas governamentais e suas implicações na evolução industrial do Brasil e também em ver o processo de industrialização visando à produção e a acumulação e não o consumo interno, assim o Nordeste não representa um potencial a ser trabalhado.

Necessita-se então caracterizar o tipo de dinâmica existente entre a estrutura agrária nordestina e o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, que levou o nordeste a participar ativamente desse processo.

Capítulo I

Panorama Geral sobre a região Nordeste

Começares estudando os traços fundamentais dessa região e como ela responde a momentos de crise econômica, estudaremos então como outras regiões do nosso país respondem a crise e no intercâmbio entre essas duas respostas aparecem traços fundamentais que guiam o desenvolvimento econômico-social brasileiro, e a seguinte formação industrial que acentua as desigualdades regionais.

Segundo Castro (CASTRO, 1977), que mostra como o estudo das “heranças regionais” no Brasil tem de ser feito com o enfoque tanto no seu “potencial de transformação” quando surge a crise, quanto na recuperação e na integração de aspectos fundamentais da história econômica brasileira. Em outras palavras, como essas economias regionais voltadas para fora, quando em crise, “tendiam a alterar profundamente suas relações com o resto da economia, importando menos, exportando mais e, em certos casos, trasladando mão-de-obra e capital para outras regiões”, isso porque essas regiões, “mesmo quando pouco articuladas em seu funcionamento corrente, contavam com as demais para crescer, transformar-se, ou mesmo evoluir” (CASTRO, 1977).

Então, essa herança regional do desenvolvimento econômico brasileiro, determinada pela evolução histórica do país, tende a se agravar, criando grandes desequilíbrios regionais. O processo de desenvolvimento foi então, um processo desigual. No Brasil isso é mais claro por ser uma economia periférica do capitalismo e também por essa herança regional, e de como cada região respondeu as crises.

É nesse sentido que se dá o retrocesso econômico do Nordeste, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando a agricultura paulista começa a se

diversificar. A partir de então o Nordeste não consegue compensar sua marginalização do mercado mundial no Centro-Sul, ele continua mantendo suas características tradicionais e devido a isso passa a acompanhar de longe o processo de desenvolvimento brasileiro, apenas crescendo vegetativamente. O Nordeste adota esta saída á crise, em vez de, uma diversificação industrial, devida à cultura de cana e do algodão que moldaram a região, dando um pequeno estímulo à urbanização e também acentua uma alta concentração de renda e da propriedade.

Mostrar-se-á aqui um quadro geral das principais atividades econômicas da região e sua localização. As três áreas a serem analisadas são, a zona úmida litorânea, açucareira e com pólos urbanos, o agreste e o sertão.

A zona úmida litorânea é grande produtora de açúcar, é a mais capitalizada e que emprega mais pessoas, é também principal mercado de alimentos e da pecuária da região, e como escrito acima, se situam os grandes núcleos urbanos da região.

O agreste, tem como principais atividades a produção de alimentos e algodão, e também a pecuária. Conforme caminha-se para o interior, as propriedades diminuem e começa a aparecer o setor de subsistência da região, o tamanho das propriedades diminuem e começam a aparecer pequenas propriedades, esse é o lugar mais pobre da região. Caracteriza-se essa região pela pecuária extensiva, com o uso de pouca mão-de-obra, há também pequenas roças que produzem alimentos para subsistência, esse é o Sertão, local mais pobre da região. Nunca houve uma articulação dessas atividades econômicas entre essas três zonas, principalmente a do sertão.

Porém, mesmo a economia nordestina não estando ligada regionalmente ela não está totalmente desarticulada, algumas atividades entres essas regiões ocorre. Existe comercialização de algodão, gado e excedentes de alimentos com os centros urbanos da região, e em muito menos escala com a região canavieira. Nesse contexto, as indústrias nordestinas localizadas na região litorânea, voltaram-se para fora, para o Centro-Sul ou

para o exterior. Aí aparece o golpe sofrido pela atividade industrial nordestina, devido principalmente ao avanço industrial do sul do país.

O Nordeste, com sua estrutura econômica pouco integrada, participa do processo de desenvolvimento brasileiro fornecendo força de trabalho e capital para a acumulação no Centro-Sul, pólo dinâmico da economia nacional e por outro lado não participa e não se beneficia diretamente da dinamização do sul. Isso contribui para o aumento das diferenças regionais, por exemplo, de 1947 a 1960 sua participação na renda nacional caiu de 11,2% para 10,6%, não obstante, o produto real agrícola cresceu de 6,1% de 1950 a 1960.

Para entender melhor essa dinâmica Nordeste – Centro-Sul vamos analisar esse processo de industrialização brasileira, através das políticas econômicas nacionais, principalmente após 1945. É importante salientar que essas políticas não tinham o objetivo de levar adiante o processo de industrialização no Brasil, mas que acabaram ajudando via processo de substituição de importações.

Aqui serão analisadas medidas econômicas que favoreceram esse processo e assim buscar entender como essas medidas, tomadas em âmbito nacional, agiram nas regiões Centro-Sul e Nordeste, com a finalidade de mostrar como elas levam a uma descapitalização e a uma evasão de mão-de-obra para o Centro-Sul, e o que isso acarretou na região nordeste. Citando C. Furtado, *“O Ciclo de industrialização apoiada no protencionismo acarreta necessariamente transferência de recursos intersetoriais. Já observamos que coube a agricultura ceder recursos ao setor industrial, onde se concentrava o esforço de acumulação. Os preços relativos internos se ajustavam (os termos do intercambio agricultura-indústria), seja porque os artigos industriais nacionais eram mais caras que os artigos importados que deviam substituir. Essas transferências não eram apenas intersetoriais. Também era inter-regionais, porquanto certas regiões permaneciam especializadas na exportação de produtos primários, ao mesmo tempo que as novas atividades industriais concentravam-se em áreas circunscritas. Assim, as disparidades regionais que já existiam no Brasil tenderam a acentuar-se como o início do ciclo de industrialização protegida. A região nordestina manteria consideráveis saldos de*

exportação para o exterior, sendo obrigada, pela barreira protecionista, a adquirir na região Centro-Sul produtos que antes obtinha a preços bem mais baixos nos mercados internacionais” (FURTADO, 1989, p. 32).

O processo de industrialização brasileiro ocorre mais marcadamente na década de 30. E a partir de então que temos a passagem da economia agrário-exportadora para a economia de base urbano-industrial. Até então, o núcleo da economia brasileira era o setor agrário-exportador, coexistindo com ele as unidades industriais, localizadas nos núcleos urbanos, com maior ocorrência no Centro-Sul do país, e destinados a suprir os mercados locais. O consumo das classes mais elevadas era feita via importação, comprado com as divisas geradas pela venda do café.

Nesse contexto de economia brasileira dependente e voltada para fora, que se observa que o processo de industrialização brasileiro não se deu num processo de transformação econômica geral. Foi um fenômeno rápido e intenso, crescendo e se transformando em desacordo com a estrutura sócio-econômica existente, o que gerou diferenças setoriais e regionais profundas.

Até 1930 o Brasil sofreu surtos industrializantes. Assim o processo de industrialização se acumula de forma descontínua por esses surtos, sempre que o setor exportador não podia absorver recursos ociosos, ocorrendo então “uma interrupção parcial nos fluxos de comércio exterior” (PED, 1968-1970).

Nessa época, o surgimento da indústria, está relacionado com a possibilidade das empresas nacionais concorrerem com importadores na distribuição das mercadorias. Desse modo um empresário industrial só poderia concorrer se ganhasse dos empresários comerciantes. Assim os primeiros grandes empresários industriais brasileiros foram comerciantes. Então para que eles passassem a serem industriais, foram tomadas medidas de desvalorização cambial, que levavam a um aumento nos preços das importações, havendo um incentivo à produção industrial doméstica.

É a partir da I Grande Guerra Mundial que as indústrias brasileiras dão um salto. Nesse período ocorrem mudanças na estrutura da produção do setor, acompanhada por um crescimento industrial.

A década de 20 representa um impacto sobre o parque industrial recém surgido, a medida em que, o café retoma sua demanda externa, estimulando uma concentração das inversões no setor. Entre 1925 e 1929 o café duplicou sua produção, e com essa recuperação, acompanhada da concorrência dos produtos estrangeiros que estavam anteriormente afastados do mercado interno, e com os nacionais sendo produzidos com custos mais elevados, a produção industrial brasileira se estagnou nesse período, e isso foi acompanhado por um elevação das importações.

Já a década de 30 apresenta uma grande oportunidade para a indústria nacional, devido a depressão de 29 o que levou o setor exportador a uma forte crise.

Com a crise de 1929 e a baixa no preço do café no mercado mundial, o Brasil adota medidas de defesa do preço do café, principal produto da economia. Com a socialização das perdas, o governo mantém não só o preço do café como também “ o nível de emprego da economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno” (FURTADO, 1976).

Ocorre então um desequilíbrio externo na medida em que o mercado interno se mantém no mesmo nível, enquanto que as divisas proporcionadas pela exportação não são suficientes para suprimir esse mercado. Daí aparece o capital necessário para a fomentação da indústria interna, que se torna mais rentável que o setor exportador nesse momento. Para o Nordeste isso foi importante pois parte desse capital do café foi transferido para o algodão.

Na década de 30 ocorre uma transferência do capital do setor exportador, principalmente do café, porém a maior parte desse capital não se transfere para a indústria e sim para o algodão, cujo preço mundial se manteve, e que o desenvolvimento industrial que ocorreu a partir dessa época continuou dependendo do setor exportador, pois a economia brasileira continua subordinada ao comércio com o exterior, seja com café ou algodão. C.Prado, “Outro fator favorável à indústria brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão” (PRADO, 1971).

Desse ponto de vista, parece que as medidas governamentais visam proteger a produção cafeeira, sendo que o capital nacional para o setor industrial fornecido por fazendeiros e importadores parece ter sido menos importante para o desenvolvimento do setor do que o reinvestimento feito pelos próprios industriais. O que ocorre é uma diversificação do parque industrial com os industriais já estabelecidos invadindo novos campos de produção.

Em resumo, a década de 30 representa um período de aumento da produção industrial proveniente sobretudo do aumento da produtividade da capacidade produtiva já instalada. Assim, as medidas governamentais servem para manter o equilíbrio entre oferta e procura num nível elevado de preços, porém quando veio a crise, a retirada do mercado de parte da produção de café e a expansão do crédito aos produtores, terem causado indiretamente, a expansão do setor industrial.

Capítulo II

Crescimento Nacional e declínio da região Nordeste

É a partir de 1950 que o Nordeste ganha maior peso na participação do desenvolvimento industrial brasileiro. Esse fato é explicado em grande parte porque nosso desenvolvimento se deu pela não integração do território, impedindo a circulação dos elementos da economia. Esse traço regional brasileiro constitui um dos mecanismos básicos de nossa formação espacial e por consequência econômica e social.

Se considerarmos as duas atividades econômicas básicas do Nordeste, o açúcar e o algodão, sem levarmos em conta a agricultura para alimentação, vamos notar que, durante as quatro primeiras décadas do século XX, houve um aumento do produto real de ambas as culturas, mas que a região como um todo se “introverte”, podendo esse crescimento ser qualificado muito mais como sendo vegetativo do que como elemento dinamizador da região, e da economia regional considerada globalmente.

E é nesse período que a economia nordestina sofre dois grandes golpes. O primeiro deles, quando a partir de 1918, devido a uma forte geada, o sul passa a diversificar sua produção agrícola, e começa a produzir cana e algodão, e o segundo, mais grave, quando devido à crise de 29 e às medidas protecionistas governamentais derivadas dela, há uma grande transferência de capital intrasetorial no sul, do café para o algodão. Nesse período, o Nordeste, ao contrário do Centro-Sul, sofre as consequências na sua economia tanto da crise externa, quanto da reação do Centro-Sul a essa crise.

Quanto ao açúcar no Nordeste, foi só a partir de 1884 que começa a era das usinas de açúcar, sobretudo em Pernambuco. Esse aumento das usinas sofre grande impulso no início do século quando os capitais até então imobilizados na compra de escravos são

liberados e dirigidos para a compra de equipamentos. “O número de usinas chegou a 83, no Nordeste, entre 1900 e 1930, ... e a produção alcançou a ordem de 6 milhões de sacos” (MELO, 1969). Desses 30 anos, apenas de 1917 a 1923 temos uma retomada do mercado mundial do açúcar pelo Brasil. No período restante o Nordeste exporta açúcar para o Centro-Sul. De forma que, quando veio a crise de 1929, o açúcar parou de fornecer divisas para a economia nacional, especialmente para o pólo dinâmico industrial, pois seu principal comprador era o exterior, como também diminui seu mercado interno nacional devido à própria crise do café.

Nesse período a uma tendência à estagnação da agroindústria açucareira nordestina, tendência essa reforçada pelas medidas protecionistas levadas a efeito pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, criado em 1933.

Devido à crise de 1929 ter coincidido com a indústria açucareira no Brasil estar numa situação vulnerável, com um excesso de oferta e de uma demanda em declínio, a partir de 1931 o governo começa a adotar medidas de proteção do setor, medidas essas que determinavam a restrição da produção.

Em 1934, o Instituto do Açúcar e do Alcool(I.A.A.) estabelece quotas de produção para os diferentes Estados. Vale dizer que essas medidas foram necessárias para a própria sobrevivência da agroindústria nordestina, o que também favoreceu diretamente os usineiros. Isso devido principalmente a concorrência de produção de açúcar no Centro – Sul, que crescia rapidamente e como as usinas do sul estavam melhores equipadas, apresentavam custos mais baixos, além de estarem livres das despesas de transporte, pois estavam localizadas no principal mercado consumidor.

Mas, se de um lado o I.A.A. toma medidas com o fim de preservar a agroindústria açucareira, de outro lado limita seu próprio crescimento, destinando-a mesmo a uma estagnação à longo prazo. Isso decorre principalmente de dois motivos: primeiro, se a maior parte do mercado do açúcar é reservada ao Nordeste (63%) pelas quotas de produção

máxima fixadas, por outro lado, a indústria do açúcar foi considerada oficialmente como em estado de superprodução, não podendo portanto aumentar sua capacidade produtiva. Pode-se observar nesse momento que os abalos sofridos pela economia nordestina estão diretamente ligados à dinâmica do crescimento econômico do Centro-Sul.

No que diz respeito ao algodão, a grande crise nordestina data a partir dos anos 30. Até então toda a indústria têxtil do país dependia em sua grande parte da matéria prima oriunda do Nordeste. De 1926 a 1930 quase 50% do mercado nacional era suprido pelo algodão nordestino, São Paulo entrava com uma parcela de cerca de 8%. Com a crise de 30 e a grande transferência de capital intra-setorial, no Centro-Sul, o cultivo do algodão toma impulso nessa região, contando inclusive com a vantagem de localização, pois estão mais próximos das indústrias têxteis de então.

Assim, o aumento da produção algodoeira na década de 30, em São Paulo, é brutal: de 8.350 toneladas em 1931 passa para 307.377 toneladas em 1940, o que representa quase o triplo da produção nacional de 1930. E é importante salientar que o Governo não tomou nenhuma medida protecionista, como foi o caso do açúcar, e ao contrário, não só São Paulo inicia o plantio de algodão selecionado, como o próprio Nordeste fornece as sementes.

Dessa forma, apesar de grande parte do algodão do sul ser destinado à exportação, ele também fornecia para a indústria têxtil local com vantagem de preço, tomando o espaço do mercado que era do algodão nordestino. Entre 1929 e 1935 as importações de algodão decaem de 13.000 para 10.000, importações essas provenientes do Nordeste. Enquanto isso, a produção dos três principais Estados produtores de algodão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, apresentam uma expansão modesta perto da de São Paulo, de 52.281 toneladas em 1931 para 91.050 toneladas em 1940. Se compararmos a produção conjunta desses três estados nordestinos e São Paulo, nota-se que em 1931 os Estados nordestinos produziam 86,3% desse total, ao passo que em 1940 sua parcela é de apenas 22,8%, o que representa quase que uma inversão total das posições.

Diante da forte concorrência à economia nordestina proveniente da diversificação das atividades agrícolas do Centro-Sul, além de uma diversificação da própria estrutura de produção industrial do mesmo, vale-se perguntar por que o Nordeste não reage de maneira similar ao Centro-Sul diante da crise de 1929. Para responder tal pergunta voltamos ao início de nosso texto e encontramos dois pontos importantes a serem relevados, o primeiro é o de enxergar o Nordeste no conjunto da economia nacional, e o segundo é o de analisar a própria estrutura sócio-econômica da região, levando em conta a formação dessa estrutura e as possibilidades que ela apresenta e assim tentar responder a viabilidade ou a inviabilidade de se ter uma resposta no molde da do Centro-Sul .

Os casos analisados do açúcar e do algodão parecem ter deixado claro que o crescimento econômico do Nordeste se processa, até a Segunda Guerra Mundial, senão vegetativamente pelo menos puxado pelo desenvolvimento nacional global.

As medidas econômicas adotadas pelo governo quando dizem respeito diretamente ao Nordeste visam sobretudo manter uma situação existente, antes de tentar mudar a estrutura econômica regional ou mesmo incrementar seu crescimento econômico. O caso típico é o decreto de 1933, ditado pelo I.A.A. No que diz respeito ao algodão, nenhuma medida protecionista foi adotada, provavelmente porque era de interesse não só dos agricultores do Centro-Sul como também dos próprios industriais, que esse produto fosse cultivado no Centro-Sul.

Até o fim da década de 30, da mesma forma como a industrialização brasileira não é vista pelo Governo Central como uma prioridade, articulada e formulada dentro de uma política econômica em termos sistemáticos, o Nordeste não é visto como uma região-problema em termos econômicos. Assim, o Nordeste não é visto como uma região cujo crescimento econômico é importante para o crescimento da economia, não se vê a economia nacional como um todo e que deve crescer articuladamente e conjuntamente. Então, a inserção do Nordeste no conjunto da economia brasileira se dá pelas relações econômicas, o que seria mais proveitoso se ocorresse junto com políticas econômicas focadas.

Pensando porque o Nordeste não reagiu devido ao impacto advindo da expansão econômica do Centro-Sul temos que levar em conta principalmente a pequena dimensão do mercado interno regional. Primeiro porque no Nordeste predominava na Zona da Mata o latifúndio, com baixa produtividade, empregando pouca e mal remunerada mão-de-obra. Então a maior parte da renda gerada pela produção de açúcar se concentrava nas mãos de uma elite da agroindústria, que satisfazia seu consumo com produtos não provenientes da área, sendo do exterior ou do Centro-Sul do Brasil.

A própria substituição de importações do engenho pela usina faz com que, em primeiro lugar, haja uma diminuição de oferta de emprego no setor, e em segundo, devido à necessidade gerada de aumento de matéria-prima, se aconteça a incorporação, dentro da própria Zona da Mata, de terras antes utilizadas pelo setor de subsistência. Tal fato, à primeira vista poderia representar um acréscimo relevante da demanda local, o que não ocorre devido as características da economia açucareira, onde a maior parte do salário do trabalhador é paga em espécie, existindo o fenômeno do endividamento crescente deste com relação ao latifundiário. Pode-se citar C. Furtado sobre a região nordestina, “*O ponto débil de toda a estrutura sócio-econômica estava na produção de alimento para o auto consumo, ... era este, dos três setores produtivos, o que se concentrava nas mãos do trabalhador rural*”(FURTADO, 1989, p. 21).

Temos então o usinismo se dando através de um processo de concentração de renda, e seu surgimento agravando esse processo. Paralelamente a isso, o capital proveniente do setor não era reinvestido em grandes proporções na própria usina, o que faz com que a agroindústria, como todas as outras atividades econômicas nordestinas, se caracterize por uma baixa capitalização. “*A concentração fundiária existente na região... é conseqüência do caráter essencialmente comercial da agricultura nordestina, caráter este que se manifestou desde o início da colonização e que anda hoje apesar do crescimento sensível da classe média e do mercado interno, conseqüentes da industrialização, é predominante*” (ANDRADE, 1963, p. 43).

No agreste, embora houvesse a predominância das pequenas propriedades, seus produtos tinham como escoadouro o mercado da Zona da Mata, exceto o algodão, que era vendido no Centro-Sul do país. Como essa zona se encontra espremida entre os latifúndios da Zona da Mata e os do Sertão, e como suas terras são mais férteis e não tão sujeitas a secas do que as do sertão, é ela que absorve o excedente de mão-de-obra que compõe o setor de subsistência. Essas atividades não geravam um mercado regional de razoável dimensão como também sua produção não era feita intensivamente, visando aumentar sua produtividade. Mais ainda, a diminuição da demanda externa do açúcar leva a um aumento do setor de subsistência localizado no Agreste. Diz Delo Furtado: “ *A economia açucareira, não podendo absorver a mão-de-obra que nela se formava, por insuficiência da demanda externa, criava excedente populacionais, que se deslocavam para o interior indo ocupar as terras mais pobres do Agreste, o que propiciou a formação do minifúndio. Vamos encontrar ali uma economia de produtividade extremamente baixa, que cresceu e se expandiu, não porque houvesse uma fator dinâmico a impulsioná-la, mas em virtude do debilitamento de outra economia. Nas etapas de decadência do açúcar, a mão de obra que a produção açucareira não podia absorver tinha de sair da Zona da Mata para ocupar o Agreste, na forma de economia de subsistência*”(FURTADO, 1959, p. 22-23).

Quanto ao Nordeste tentar se integrar no mercado interno nacional e escoar seus produtos primários para o Centro-Sul, pensando agora especificamente no setor de alimentos, era inviável devido a diversificação agrícola da região Centro-Sul, sua concorrente direta e mais eficiente, como também a distância do principal mercado nacional, o que onerava seus produtos com os preços dos transportes.

O que foi dito até aqui mostra como, devido ao processo histórico do desenvolvimento brasileiro, os enclaves industriais espalhados pelo país tinham sua projeção no plano nacional determinado em última instância pelo tamanho do mercado regional à sua disposição. Tamanho do mercado regional que traz consigo, implicitamente, graus diferentes de capitalização, de nível de produtividade e de capacidade financeira.

Os próprios nordestinos com capital disponível preferiam investir no Centro-Sul, onde não só o mercado era mais amplo como havia maior capital social básico. Já na década de 30 o Nordeste se apresenta então como uma região que, deixada ao livre jogo do mercado, não possui nenhuma viabilidade de desenvolvimento.

E é nesse sentido que na formação do mercado nacional, que a força dos centros industriais se acentua. Assim, apesar de o Nordeste ser o principal produtor de matéria prima, a distribuição da indústria têxtil algodoeira pelo território nacional obedece a importância dos mercados regionais. A partir da década de 30 os desequilíbrios regionais tendem a se acentuar rapidamente.

Capítulo III

Mudanças na estrutura econômico industrial do Brasil após 1945

O período da II Guerra Mundial representa um agravamento do ritmo de desenvolvimento nacional. A principal explicação para tal fato é a de que o governo central adota a mesma política seguida na crise de 1929/30. Em outras palavras, atende o interesse dos cafeicultores, que agora coincidem com os dos industriais. Essas medidas voltadas para o mercado interno, como fixar a taxa de câmbio, para assim manter a renda do setor cafeeiro e a demanda por produtos industriais nacionais. Entre 1937/45 ocorre uma melhora nas relações de troca o que favorece essa medida.

Levando em consideração que a oferta de bens importados era escassa devido aos países desenvolvidos estarem em guerra, parece haver aí um panorama que favorecesse um novo surto industrial. Porém isso não ocorre devido a dois motivos, o primeiro é a escassez de oferta de bens de capital para serem importados das economias de guerra, e o segundo é que o parque industrial brasileiro ainda não se encontrava suficientemente integrado e equilibrado pra poder fornecer esses bens de capital na quantidade necessária devido ao aumento da demanda interna.

Nesse período, o crescimento do setor industrial é devido principalmente aos estímulos da economia interna ao invés da presença de fatores externos. Assim, ela ocorre na ausência de um aumento do mercado externo de produtos primários, com uma melhora das relações de intercâmbio, e conseqüente possibilidade de importação de bens intermediários e de capital para a ampliação do parque industrial interno.

Segundo C. Furtado, ” *Uma classe empresarial não se forma senão em um clima que estimule a iniciativa, inclusive no plano tecnológico, e num ambiente onde haja*

proteção para que as iniciativas não aborte. Essa combinação feliz de estímulo à iniciativa e proteção à empresa nascente deu-se no Brasil no período compreendido entre a Grande Depressão e o final da Guerra”(FURTADO,1989, p. 30).

O próprio crescimento da indústria têxtil, que segundo Werner Baer, “foi, nesse período, o fato mais marcante do desenvolvimento do setor manufatureiro”, ocorreu devido a utilização plena da capacidade produtiva, e não a expansão dessa capacidade. Ocorreu uma super utilização da capacidade já instalada, até então trabalhando em regime de capacidade ociosa. O Brasil, tendo em 1945, se tornado um dos maiores exportadores de tecidos, tinha seu equipamento de indústria têxtil trabalhando em média mais de 14 horas por dia. A expansão da produção dos outros setores industriais se deu, essencialmente, da mesma maneira.

Como resultado global para o desenvolvimento industrial do país, temos esse período representando a criação de condições favoráveis para um posterior grande surto industrial, seguindo o modelo de substituição de importações. Isso porque, devido ao fornecimento das relações de troca e à produção das importações, as reservas de divisas do país aumentaram de US\$ 17 milhões em 1939 para US\$ 708 milhões em 1945.

Com disse C. Furtado, “ *A industrialização brasileira, que toma impulso nos anos 50, apresenta estes dois traços que não se devem perder de vista em seu estudo: é a reprodução tardia do ciclo de industrialização orientada para a formação do mercado interno, e é moldada pela substituição de importação*”. (FURTADO, 1989, p. 30).

No Nordeste, durante a guerra, tanto o setor açucareiro quanto o têxtil passaram por dificuldades, e apesar de sofrer um breve crescimento acompanhando a melhora geral na economia nacional, não sofrem nenhum impulso desenvolvimentista. Ou seja, nenhum dessas melhoras que ocorrem geram um desenvolvimento na região, no sentido de transformar a estrutura da região nordeste ou de essa se integrar ao pólo dinâmico da economia.

O açúcar nordestino, depois de fazer um novo reaparecimento no mercado mundial, contribuindo para o aumento da reserva nacional de divisas, volta à sua posição de fornecedor de açúcar para o Centro-Sul; o algodão também continua sendo exportado para essa região. E a indústria têxtil, principal atividade manufatureira nordestina, acompanha a crise nacional desse setor, pois assim que acaba a guerra quase que cessam totalmente as exportações brasileiras de tecidos.

A principal dificuldade no Nordeste do setor industrial se sobrepõe ao setor agrário-exportador é principalmente causada pela pequena dimensão geográfica do mercado interno regional para produtos industriais.

Mercado esse localizado na Zona da Mata, nos núcleos urbanos costeiros e em alguns pontos do Agreste, mais vinculados ao setor de economia externa. Os pequenos proprietários do Agreste mais pobre e do Sertão, fazem parte do setor de subsistência e que satisfazem sua demanda em feiras locais e com artigos de artesanato. As próprias atividades comerciais dessas zonas, então, não tinham nenhum significado em termos de uma formação de mercado interno regional para produtos industriais.

Após o término da guerra, o Governo adere ao liberalismo econômico. As portas da economia nacional são abertas para o exterior, havendo assim um rápido esvaziamento das dívidas acumuladas no período 39-45.

Embora a liberação à importação de produtos industriais tenha levado a um desperdício de divisas na compra de bens de consumo, esse período também serviu à compra de bens de capital, para reequipar as indústrias nacionais.

Então, o término da guerra, aliada à queda de Getúlio Vargas, representa uma mudança brusca nas diretrizes econômicas do Brasil, que passa de um da busca por um desenvolvimento nacionalista para um liberalismo econômico.

Nesse período, o setor exportador sofre vários revezes, ao passo que o setor industrial, “voltado para dentro”, consegue se diversificar e ganhar força, formando um subsistema urbano-industrial moderno dentro do subsistema econômico nacional, onde predomina o sistema agrário-exportador.

Na década de 40, durante a guerra, ocorre por parte do governo uma preocupação para com uma modificação mais profunda da estrutura econômica, porém, as medidas cambiais adotadas visam em primeiro lugar atender os interesses do setor primário, interferindo apenas indiretamente na defesa dos interesses dos empresários nacionais, na medida em que esses mecanismos cambiais mantinham o nível de mercado interno.

Nesse sentido diz Lessa: *“Neste contexto de economia não complementada, faz-se mister, contudo, referências à sua principal exceção – indústria siderúrgica. Com base em preocupações de caráter estratégico-militar, durante a Segunda Guerra Mundial, implantou-se no Brasil a siderurgia de alto forno. Inaugurada em 1946 amadureceu com indústria exatamente na fase de desenvolvimento não intencional, e sua presença, bem que difícil mensura, atuou sem dúvida, como elemento parcialmente corretor de desconexões emergentes”*(LESSA, 1982, p. 11-12).

A partir de 1945 temos uma política de associação entre grupos econômicos brasileiros e estrangeiros, passando-se a recusar diretrizes de uma política econômica nacionalista e a adotar aquelas que iriam reforçar a linha de desenvolvimento do capitalismo associado ou dependente.

Segundo Lessa, podemos distinguir no período pós-guerra diferentes fases características da política econômica. (LESSA, 1982).

A primeira delas, cobrindo o período de 48/50, em que a política econômica se caracteriza por decisões tomadas diante do comportamento do setor externo, no sentido de

conter os desequilíbrios interno e externo. A industrialização nesse período surge mais uma vez como decorrência e não como objetivo principal. O principal instrumento econômico utilizado foi mais uma vez o cambial: a adoção da taxa de paridade cruzeiro-dólar, apesar da elevação interna de preços, controle rígido das importações e ausência de mecanismos oficiais de captação da renda fiscal nas transações como o exterior.

O setor cafeeiro apoiou essa política, primeiro porque há uma recuperação, a partir de 48/49 do preço do café e segundo porque existia o temor de que a liberação da taxa de cambio estimulasse o aumento da produção interna do café, acentuando assim o processo inflacionário que havia se intensificado a partir de 1940. O setor que realmente se beneficia, com essas medidas cambiais é o comércio de importação.

Como na industrialização brasileira substituí-se os produtos concentrados na faixa dos bens de consumo duráveis, começam a surgir pontos de estrangulamento oriundos às crescentes necessidades de capital social básico para servir de suporte a esse processo de industrialização. Isto ao mesmo tempo em que foram sendo excluídos da pauta de exportação brasileira os chamados “pequenos produtos” (cacau, algodão, açúcar, entre outros), o que oneravam o setor público por que sua exportação dependia de um subsídio pago pelo Governo Federal.

A primeira metade da década de 50 representa uma primeira aproximação a uma política desenvolvimentista; as medidas da política econômica adotada já tem como objetivo uma modificação da estrutura econômica nacional.

O clima geral é favorável a essa política: primeiro pelo perigo representado pela guerra da Coréia, de haver um novo estrangulamento de ofertas de produtos externos para o setor industrial; segundo, pelo crescente estrangulamento interno, especialmente no sistema de transporte e energia; e porque o setor industrial já havia ganho tal magnitude que a adoção dessa política não iria contra interesses internos ou externos.

Essa política desenvolvimentista compreende: inversões públicas no sistema de transporte e energia, incluindo a ampliação energética do Nordeste, a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com o fim de apoiar a diversificação industrial e, uma importante medida cambial, a instrução 70 da SUMOC, em 1963. Com essa instrução houve uma compartimentalização das operações cambiais em três mercados sujeitos a taxas múltiplas. Os principais produtos de importação foram distribuídos em cinco categorias com sobretaxas cambiais variáveis em função de leilões de cambio, enquanto o mercado financeiro e certos itens de importação ficavam sujeitos a uma taxa reduzida; ao mesmo tempo em que as exportações eram divididas em diferentes grupos para os quais seriam pagas bonificações. O setor público volta assim a participar dos fluxos externos ganhando nas negociações das divisas, ao mesmo tempo em que estipulava uma série de cláusulas especiais que beneficiavam a importação de bens de capital e de insumos.

A evidência da preocupação já explícita com o desenvolvimento industrial do Brasil por parte do Governo é dada, pela criação, em 1953, da Petrobrás.

A partir de 49, porém, o processo inflacionário se intensifica, não só por uma importante alta no preço do café, como também pela eclosão da guerra da Coreia, que fez com que o Governo adotasse uma política de endividamento externo, financiando importações adicionais. Surge assim um novo déficit de divisas em 1951/52. Os próprios bancos oficiais expandem suas operações facilitando o crédito, o que é aproveitado pelas empresas que expandem seus planos de crescimento; de fato, o investimento total desse biênio atinge 22,4% do PIB, o que representa um grande estímulo à elevação da inflação. O próprio estrangulamento do sistema energia-transporte favorece esse surto inflacionário, que coincide ainda com uma estagnação da produção agrícola. Em 52 um reajuste do salário mínimo dá continuidade a essa alta de preços.

Os anos 54/55 representam anos de tentativa para o retorno a uma estabilidade econômica através da contenção da demanda global. Isso porque apareceram simultaneamente: sinais de estancamento do setor externo, depois de uma fase de

expansão, que se alia com uma pauta de importações bem mais rígida, e a emergência de um novo ciclo de expansão de produção de café, estimulada pela nova alta de preços).

Essas tentativas de redução da demanda global, principalmente através do controle da expansão monetária, levam a uma redução da atividade econômica e uma diminuição do próprio ritmo de crescimento, o que tem como *“subproduto importante a conscientização obrigada do setor industrial... Estabilidade passa a ser problema secundário, importa o desenvolvimento e a sustentação da atividade econômica. Nega os esquemas restricionistas. E afirma sua posição adotando o Plano de Metas. Ao enfatizar, simultaneamente, emprego e crescimento e ao relegar o equilíbrio a segundo plano, joga a economia na segunda metade da década, na senda da industrialização vertical”* (LESSA, 1982, p. 18).

O segundo quinquênio da década de 50 é marcado pelo Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubitschek. Nesse período é dada absoluta prioridade à integração do parque industrial brasileiro, e representa a continuação do processo de industrialização via substituição de importações. É também o período em que o Estado se caracteriza por ampliar sua intervenção direta na economia. Como até esse momento o setor primário não tinha se transformado num entrave à industrialização o Plano não lhe dá atenção específica: restringe-se a pensá-lo em armazenagem, produção de trigo e mecanização.

Também não há nada explícito quanto ao problema da distribuição de renda, dando pouco destaque às inversões e gastos sociais. Segundo Lessa: *“Em seus termos mais sumários, o Plano postulava investimentos diretos do governo no setor energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo – para as quais o animo empresarial havia se revelado insuficiente – bem como favores e estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos com funções de produção de alta intensidade de capital”*(LESSA, 1982, p. 20). São relegados para segundo plano problemas de equilíbrio do balanço de pagamentos, de preços, bem como do próprio sistema cambial. Passa a se efetuar, no Brasil, a coexistência de desenvolvimento e instabilidade.

Para a execução do Plano as principais medidas de política econômica adotadas foram: através da instrução 113 da SUMOC se favorece a entrada de capital estrangeiro no país, uma vez que permite aos investidores estrangeiros a importação de bens de capital sem necessidade de cobertura cambial, desde que seu projeto fosse considerado útil para o desenvolvimento nacional, através da ampliação da participação direta do setor público na formação interna de capital; através de estímulos para os recursos privados se canalizarem para as áreas consideradas estratégicas e através do tratamento da inflação.

Essa política econômica adotada mantém a taxa de crescimento e de desenvolvimento econômico em alto nível, combinada com uma alta taxa inflacionária (por volta de 20%), ao mesmo tempo em que quando chega ao final do quinquênio, representa o esgotamento do modelo de substituição de importações.

Pelo estudo feito até o momento do processo de industrialização brasileiro aparecem dois traços básicos, o primeiro é que se deu através de uma concentração de renda, “a partir de 1950 auxiliado pelo acentuado surto inflacionário e pelo aumento da produtividade econômica que advinha da baixa relativa dos preços de importação”(FURTADO, 1976), e a segunda é que essa concentração também aconteceu no nível regional.

Capítulo IV

O Nordeste visto como um problema Nacional

Assim como o setor agrícola dentro desse enfoque de análise tem como função principal a de fornecer divisas para a compra externa de bens de capital e intermediários, o Nordeste, essencialmente agrícola – produzindo açúcar e algodão – assume também essa função de fornecedor de divisas para a economia nacional.

Conforme baixa a demanda externa desses bens, o Nordeste passa a vendê-los para o Centro-Sul, tomando então a sua segunda função, que é a de fornecer alimentos e matéria-prima a baixo preço para o Centro-Sul, incentivando sua acumulação.

O tipo de relações existentes entre essas regiões, determinado pela estrutura de produção nordestina, é o que determina a função dessa região. Essa função é a de fornecer capital e mão-de-obra para o desenvolvimento do Centro-Sul, aumentando assim as disparidades regionais.

Assim, no processo de desenvolvimento brasileiro, o Nordeste, como o setor agrícola nacional, não representa o mercado fundamental para o desenvolvimento industrial, e isso ocorre porque, em primeiro lugar o crescimento e desenvolvimento da economia brasileira se dá por concentração de renda e em segundo lugar porque o Centro-Sul, que é o pólo dinâmico da economia se auto-sustenta.

Como diz Castro: *“Alimentando-se reciprocamente e absorvendo em ampla escala produtos importados as novas indústrias pouco solicitavam às regiões periféricas. O florescimento das outras chamadas „indústrias artificiais” (que se alimentavam de*

matéria-prima importada) só fazia acentuar os graves problemas acarretados pela expansão e diversificação agropecuária da região ex-cafeeira. O Centro-Sul tendia, em suma, à auto-sustentação, convertendo-se em „fábrica“ e „celeiro“ de si mesmo”(CASTRO, 1977, p. 114-115). O que significa para o Nordeste uma restrição maior ainda ao seu crescimento na medida em que o mercado do Centro-Sul para produtos nordestinos tendia a diminuir cada vez mais.

Logo o setor agrário é importante, na medida em que é o setor predominante no Nordeste. Daí a explicação de tomada de medidas tais como a do I.A.A. que visavam não a dinamização no sentido de capitalização e/ou diversificação da produção com um aumento da produtividade, mas a manutenção de nível econômico com seu crescimento próprio. Cabe ainda ao setor agrário o mesmo papel que coube no Nordeste, no desenvolvimento do pólo dinâmico da economia nacional, que é, o de fornecer mão-de-obra que servirá não só para atender a demanda do setor industrial como também, para pressionar os salários para baixo.

De fato, o aumento das disparidades regionais se acentua conforme nos aproximamos da década de 60. Tal fato pode ser constatado pela distribuição regional da renda nacional, como mostra o quadro abaixo:

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA NACIONAL
(PERCENTAGENS)

Região	1947	1949	1957	1959	1960
Norte	2%	2%	2%	2%	2%
Nordeste	11%	11%	10%	10%	11%
Leste	37%	37%	36%	36%	34%
Sul	48%	48%	50%	50%	51%
Centro-Oeste	2%	2%	2%	2%	2%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Vemos aqui que a região nordeste com 25% da população nacional, gera 10% da renda, enquanto o sul, com 35% da população, gera 50% da renda.

A tendência, embora as disparidades regionais já estivessem bem demarcadas a partir de 1947, é a de um distanciamento cada vez maior entre as regiões. De fato, em 1960, a distribuição regional da renda nacional se apresentava, por ramos de atividade, da seguinte forma:

TABELA 2- DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA NACIONAL
(PERCENTAGENS)

REGIÕES	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
NORTE	2,4%	2%	2,2%	2,2%
NORDESTE	26,1%	7,2%	14,8%	15,9%
CENTRO-SUL	66,0%	90,0%	81,3%	79,4%
CENTRO-OESTE	100	100	100	100

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Nota-se que na época da criação da SUDENE a renda industrial no Nordeste representava menos que 1/5 da renda gerada, pelo mesmo setor, no Centro-Sul, enquanto que a renda no setor agrícola representava pouco mais de 1/3 da do Centro-Sul.

Esse aumento das desigualdades regionais é proveniente de dois fatores: do tipo de estrutura econômica da região em estudo, e do tipo de relação econômica que ela manteve com o conjunto da economia.

Celso Furtado entre outros fez muitos estudos sobre a atividade econômica da região. Dos 25 milhões de habitantes, mais de 2/3 deles vivem no campo, sendo que desses, a maior parte não possui relações de trabalho juridicamente definidas.

Na zona litorânea úmida – onde predomina o açúcar – a distribuição de terra é altamente concentrada, conservando a economia açucareira o tipo de organização de grande plantação. Os indivíduos que aí trabalham, os moradores, combinam seu trabalho na cana com o plantio de alimento para seu próprio sustento e o de sua família. Isso é válido para toda a região, o que tem duas implicações diretas: a de não permitir um enraizamento do trabalhador na propriedade, na medida em que o plantio de alimento é de curta maturação (pois quando há um aumento da procura de cana esses terrenos são incorporados à plantação de cana, como já dito acima) e a de que, com baixo poder aquisitivo, ele é obrigado a satisfazer seu consumo de outros bens no próprio armazém da propriedade – gerando assim uma dependência por endividamento com o proprietário.

No Agreste estão combinados o latifúndio, para criação de gado destinado a alimentar a zona litorânea, e o minifúndio, originado pelo povoamento dessa região em épocas de baixa da atividade açucareira por excedentes de população na zona litorânea, e esses criaram ali uma economia de subsistência. Esse processo, no Agreste, foi auxiliado pela introdução da cultura do algodão que pode ser feito tanto em grandes como em pequenas unidades de produção. Além do mais, uma vez colhido o algodão, a palha deixada no terreno serve para alimentar o gado, o que coincide justamente com o período mais seco do ano.

O Sertão, “a única área do Nordeste que pode ser classificada como semi-árida” (FURTADO, 1964), apresenta latifúndios com uma economia de tipo misto: pecuária e algodão, o que atraiu grandes contingentes de mão-de-obra, que antes procuraram o Agreste para fundar uma economia de subsistência, e que agora procuram uma ocupação permanente.

É devido a isso que surgem as secas como um fenômeno de grande calamidade social: porque nessa região impera o meeiro, condiceiro ou parceiro, que combina suas atividades na cotonicultura com a subsistência. Vinda a seca, essa população cuja renda é ínfima, desprovida de fonte de alimentação, migra ou para a Zona da mata para trabalhar como volante, ou se configura mesmo como os flagelados, que são empregados temporariamente pelo Governo.

Mas, enquanto o fenômeno das secas e a baixa produtividade das terras do Agreste e sobretudo do Sertão se configuram num problema econômico de sobrevivência dos parceiros e suas famílias, para os proprietários de terra a situação se configura diferentemente: na medida em que o Governo Federal intervinha fornecendo verbas quer para a construção de açudes quer para abrir “frentes de trabalho” e empregar a mão-de-obra vítima das secas, essa mesma medida se configuram em vantagem para o latifundiário que, no período de menor atividade em suas terras não tem que pagar os salários para os trabalhadores parados, passando não só a dispor de suas terras para pasto, como também não corre o perigo de que essa mão-de-obra se disperse.

Nesse sentido, as próprias medidas do Governo Federal são medidas que protegem e perpetuam o tipo de organização econômica existente. Afirma C. Furtado: “*O latifundiário passou a exigir do Governo que, nas épocas de calamidade, empregue de forma real ou fictícia a população perto dos locais de trabalho, para evitar a dispersão da mão-de-obra. Também por essa forma o Governo protegia o latifúndio, que conservava o seu excedente estrutural de população e continuava a explorar uma mão-de-obra extremamente barata em uma agricultura anti-social*” (FURTADO, 1964, p. 161).

Esse tipo de organização econômica do Nordeste apresenta rigidez própria que é, como vimos, reforçada pelo próprio tipo de ação do Governo Federal na região. Os próprios latifundiários, orientados para a comercialização mais do que para a capitalização e modernização, e conseqüente racionalização, do processo de produção da propriedade, quando consegue maior volume de excedente tende a empregá-lo ou no aumento da produção feito em termos extensivos, ou no cultivo de novos produtos de interesse

comercial, incluindo cana-de-açúcar para produzir aguardente. E, quando os excedentes são de maior valor, passam a canalizá-los para investimentos industriais, a maior parte das vezes no Centro-Sul, que apresenta melhores condições de infra-estrutura e de mercado.

Então, o tipo de organização da atividade agrária na região não favorece, limitando até, o surgimento de um setor industrial moderno. Isso porque, se o processo de expansão capitalista se dá visando sobretudo a acumulação, ele só é possível se conta, paralelamente, com um mercado para o escoamento de seus produtos; e a atividade primária no Nordeste, como no resto do país, é feita de tal forma que não cria esse mercado interno, não só devido aos baixos salários vigentes na região, como também devido à grande parcela da população que vive em nível de subsistência.

Ao contrário, a zona do Agreste, que recebeu o excedente da população que não encontra emprego na Zona da Mata e também na atividade pecuária, e que esta impossibilitada, devia às condições do clima do Sertão, e aí se fazerem viverem apenas com base na agricultura de subsistência, passa a sofrer um processo de esvaziamento populacional pela migração para os núcleos urbanos locais e principalmente de outras regiões – especialmente para o Centro-Sul – á medida em que a expansão do sistema industrial urbano aqui se acentua. Esvaziamento que alivia a pressão populacional.

Ocorre um forte movimento migratório do Nordeste para o Centro-Sul, de 1946-1950 entram no Estado de São Paulo 259.553 nordestinos, e de 1951-1955, entram 762.707

Essa população migratória provém exatamente da população situada na área mais pobre do Agreste e do Sertão, que conjugam um alto grau populacional com uma oferta de alimentos totalmente instável, ao mesmo tempo em que a Zona da Mata e os núcleos urbanos aí situados e em expansão demandam cada vez mais produtos.

Mas como mostra Castro, a agricultura, entre 1950 e 1960, tem sua taxa de crescimento do produto real de 6,1%, enquanto a taxa de crescimento populacional nesse período é estimada em 2,2%(CASTRO, 1977). Ora, nesses termos, a estagnação do setor agrícola, com a conseqüente falta de abastecimento por ele do setor açucareiro e do urbano-industrial regional, não constituem um entrave ao processo de crescimento vegetativo ou espontâneo da atividade econômica da região.

Paralelamente, o próprio setor industrial mantém uma taxa de crescimento instável durante os anos intermediários entre 1947 e 1957, sendo mesmo o saldo total o de um ligeiro declínio: em 1947 o setor industrial participava com 12,37% na formação da renda interna total, e em 1957, participava com 12,31%(CASTRO, 1977).

O parque industrial nordestino se caracteriza, nesse período, pela predominância de indústrias ligadas mais diretamente ao setor primário, vale dizer, a têxtil e a alimentos, absorvendo cerca de 66% da mão-de-obra engajada no setor secundário, constituindo-se indústrias de expressão, ainda, as de transformação de minérios não-metálicos, a química e farmacêutica, as de óleos, essências e gorduras vegetais, e finalmente a de vestuários, calçados, papel, madeiras e móveis, sem mencionar à de derivados de petróleo, cuja produção se restringe, até fins da década de 50 ao Estado da Bahia.

Nota-se porém, que é um parque industrial extremamente desintegrado e voltado essencialmente para a produção de bens de consumo direto, excetuando-se as indústrias de transformação de minérios. Esse parque industrial pouco diversificado, na década de 50 apresenta uma diminuição na participação do produto regional, enquanto que a participação do setor primário cresce, como mostram os dados a seguir:

TABELA 3 -

	1950	1960
Agricultura	40,7	46,0
Indústria	13,5	11,6

(CASTRO, 1977, p. 212)

Pelos dados apresentados até aqui, o Nordeste se configura já como uma região não estagnada, mas com um ritmo de crescimento lento e limitado, por razões já ditas, e como um grande fornecedor de mão-de-obra para o Centro-Sul, o pólo dinâmico da economia brasileira. Mão-de-obra que, sendo de baixo custo e de baixa especialização, colocará no mercado de trabalho do Centro-Sul um excedente, que pressionará os níveis de salário para baixo, favorecendo assim o processo de acumulação de capital.

Mas a região se caracteriza também por ser fornecedora de capital para o Centro-Sul através de dois mecanismos, primeiro por fornecer divisas – na medida em que, como veremos, grande parte da renda gerada pelo setor externo da economia é consumida pelo Centro-Sul, e segundo, pelas cargas tributárias estipuladas pelo governo.

Estudos de Celso Furtado detalham as relações econômicas no Nordeste com o Centro-Sul. Com afirma Furtado: “... *o fluxo dos recursos reais que entram e saem da região... apresenta certa complexidade, em razão de seu caráter triangular: intercâmbio direto com o exterior e com o Centro-Sul, e indireto com esta última região, através do exterior*”(GTDN, 1959, p.25).

Em relação ao intercâmbio externo, no período 1948-1956, houve um saldo positivo da balança comercial da região, de 638 milhões de dólares, o que foi suficiente para cobrir o déficit da balança comercial do país que era de 552 milhões de dólares. Sendo que, desse período, só no ano de 1954 os mecanismos de cambio operaram como instrumento de transferência de renda. Cerca de 40% dessas divisas porém, foram

transferidas para outras regiões, na medida em que a política de controle das importações favorecia as sem equivalente nacional, muito menos frequentes na pauta de importações do Nordeste dispor da totalidade de suas divisas, ele se via induzido a despende a renda correspondente a essas divisas no Centro-Sul: daí o saldo do intercambio do Nordeste como o resto do país ser negativo.

Mas ainda, a região sofre a chamada deterioração das relações de troca, na medida em que exporta matérias-primas e importa bens industrializados, donde, segundo C. Furtado, “cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se, se mede o intercambio em termos da massa de emprego criado nas duas regiões”(GTDN, 1959).

A própria política cambial do governo fez com que, durante o período de 1948 a 1953, em que foi mantida uma política de estabilidade cambial, houvesse uma queda no poder de compra das divisas não utilizadas diretamente em importações do exterior, de 42% ; contudo, a instrução 70 da SUMOC, somada ao fato de que a depreciação da moeda foi muito maior que a elevação no nível de preços do Centro-Sul, fez com que houvesse um aumento da renda real do exportador a partir de 1954.

Afirma C. Furtado: “Não fora a depreciação cambial, a baixa na relação índice de preços do intercambio, entre 1948 e 1956, teria sido de 100 para 29, quando na realidade foi apenas de 100 para 74”(GTDN, 1959). Houve, nesse período de sete anos estudado por Furtado, uma transferência total de recursos da ordem de 167 milhões de dólares, o que corresponde a uma media anual de 24 milhões. Vale dizer que essa transferência de recursos não se expressa em fluxo monetário, mas é semelhante à que decorre de uma perda na relação de preços de intercambio, e que, “a rigor não se trata de uma transferência de renda, e sim de uma baixa de produtividade de caráter econômico”(GTDN, 1959).

A partir dessa análise, C. Furtado, mediante um quadro em que apresenta o saldo total do intercambio de comercio do Nordeste com o exterior e com o resto do país, constata como houve uma saída líquida de recursos da região de 3.638 milhões, havendo

portanto um saldo negativo de 612 milhões. Mas, considerando anualmente, os saldos negativos correspondentes exatamente a anos de seca, em que o Governo Federal aumenta seus gastos na região. Conclui-se então que a entrada líquida de recursos nada mais é do que a transferência de renda feita pelo setor público. Assim diz C. Furtado: *“Cabe deduzir, ..., que existe um permanente fluxo de recursos no Nordeste para o Centro-Sul, através do setor privado. No conjunto do período considerado (1948-1956), esse fluxo foi bastante intenso para contrabalançar as transferências realizadas através do governo federal, cuja ação resulta apenas suficiente para contrapesar, no Nordeste, a permanente saída de recursos através do setor privado (GTDN, 1959, p. 30).*

É importante salientar sobre esse mecanismo de transferência de rendas que o Governo Federal atua como agente de transferência de renda entre o Centro-Sul e o Nordeste, e que o caráter dos investimentos federais na região são investimentos improdutivos, com a função principal de diminuir os efeitos das secas, e pouco afeta a capacidade produtiva da região.

Assim a afirmação de C. Furtado, segundo a qual, “no que respeita à transferência de renda, a ação do governo federal tem-se limitado a compensar a tendência imigratória dos capitais privados nordestinos para a região que oferece melhores oportunidades” (GTDN,1959), ganha um novo ponto de vista, essa transferência de renda compensa improdutivamente a transferência de capital do setor privado nordestino para o Centro-Sul, que é invertido, por definição, produtivamente.

É dentro desse quadro que o Nordeste se configura como uma região que, embora tenha ganhado um impulso na sua economia exportando para o Centro-Sul – especialmente até 1950 – o açúcar, tecidos e matérias-primas, e com isso tenha conseguido elevar moderadamente sua renda per capita, perdeu terreno em termos relativos (FURTADO, 1959, p. 25).

Conclusão

Realmente, o desequilíbrio regional Nordeste/Centro-Sul se acentuou, no período aqui estudado, correspondente a etapas básicas do processo de industrialização brasileiro, como foi visto pelo conjunto de dados apresentados.

Mas, focado do ponto de vista da acumulação para o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, a tendência ao aumento de desequilíbrio regionais no país, especificamente no que diz respeito ao Nordeste, não se torna um problema econômico global, em termos de se ter que superar esse ponto de estrangulamento para que tenha sequência o desenvolvimento no plano nacional.

Nessa perspectiva, o Nordeste enquanto problema econômico ganha nova dimensão. É importante ressaltar que o centro da questão não é o da agricultura nordestina estar estagnada ou em crescimento, mas que essa estrutura agrária funciona como um bloqueio ao desenvolvimento regional.

Então, na medida em que o Nordeste tem um papel ativo no processo de desenvolvimento nacional, fornecendo mão-de-obra, divisas para importação de equipamento e capitais privados que são investidos no pólo dinâmico da economia, pode-se afirmar que, em prejuízo próprio, a região está dentro das regras do jogo do processo de desenvolvimento.

A economia nordestina, até o fim da década de 50, não se configura como um problema de entrave ao desenvolvimento brasileiro, tanto assim que as medidas governamentais no nível de instrumento cambiais e tributários agem no sentido de manter a economia da região no seu papel de fornecedora de capital, mão-de-obra e divisas, que dependem da expansão do mercado externo, ao Centro-Sul, e os recursos do governo nessa

região tinha como finalidade compensar essas perdas. O problema é que os recursos federais na região se configuravam com investimentos improdutivos, com a função de minimizar o problema decorrente das secas.

Dentro desse quadro, a economia nordestina se torna problemática numa nova dimensão, e que é característica de toda economia dependente, a saber, a de uma economia agrário-exportadora, arcaica, dependente do mercado externo, tanto internacional quanto nacional, e que tem como agravante ter uma grande parte de sua população e economia situadas numa região de secas.

Assim o Nordeste se configura, como sempre se configurou, desde que perdeu a força da agro-indústria açucareira e de algodão, como uma problema regional, e não como um problema visto como um entrave ao desenvolvimento do sistema capitalista industrial do Brasil.

Problema regional esse que se agravou na medida em que os principais produtos agrícolas nordestinos paulatinamente perderam os seus mercados nacionais depois de já terem perdidos os mercados internacionais.

A questão levantada então é, a da necessidade de uma redefinição das relações estruturais entre a região nordestino e o pólo dinâmico da economia, região Centro-Sul, tendo em vista o bloqueio sofrido pelo setor externo da economia nordestina.

Bibliografia

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MELO, C. **Os Ciclos econômicos do Brasil**. São

Paulo: Editora Laemmert, 1969.

Brasil. Ministério de Planejamento e Coordenação Geral. **Programa estratégico de desenvolvimento, 1968-1970; área estratégica V: indústrias básicas**: O Ministério, 1968.

CASTRO, A. B. de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977, 2 vols.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

FURTADO, C. **Dialético do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiro, 1959.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

FURTADO, C. **A Fantasia Desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

1979.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

BRASIL, PREVIDÊNCIA DA REPÚBLICA. GTDN – Grupo de trabalho para o desenvolvimento no nordeste – Uma política para o desenvolvimento econômico para o nordeste. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

